



João Pedro Vala

Texto

Todos os anos esperamos que prémios nos prescrevam os romances certos para os tempos que vivemos, mas a literatura, como todas as coisas que realmente interessam, não se rege por leis científicas.

02 jan 2021, 20:41

[Este artigo é o primeiro de uma série de quatro sobre prémios literários]

No espaço de poucos meses, os jornais e as redes sociais deixaram-se inflamar por três polémicas sobre prémios literários. Primeiro, no início de outubro, a nada mediática Louise Glück venceu o Prémio Nobel da Literatura, o que conduziu a um debate acerca do mérito comparativo de mil outros candidatos derrotados. E Lydia Davis? Porque não Ferrante? Glück, concluía-se então, não merecia o Nobel. Considerações desse tipo foram acompanhadas de sugestões diametralmente opostas: afinal, era o Nobel que não merecia Glück. A poeta deveria, por isso, enjeitar a medalha (e o milhão de euros associados) devido à polémica vitória em 2019 de Peter Handke, mas devido também ao escândalo que envolveu a Academia Sueca em 2018, que culminou na suspensão do Prémio Nobel durante um ano.

Quinze dias depois, seria a vez de a atribuição do Prémio Camões ao Professor Vítor Aguiar e Silva ser posta em causa devido ao seu alegado colaboracionismo com o Estado Novo na repressão de alunos da Universidade de Coimbra em 1969. As redes sociais voltaram ao ataque e explicaram-nos que Aguiar e Silva deveria rejeitar o prestigiado prémio. Era o mínimo que se exigia dadas as circunstâncias e era o que as próprias redes sociais juravam a pés juntos que fariam se estivessem na posição do galardoado.

Foi preciso esperar apenas mais um par de semanas por nova polémica, agora acerca dos cinquenta nomes que três professores da Universidade de Lisboa decidiram integrar no seu livro sobre o cânone português, publicado em parceria entre a Tinta-da-China e a Fundação Cupertino de Miranda. Desta feita, não se apelou a que escritores rejeitassem prémios, em grande medida porque quase todos os contemplados já não estão entre nós.



▲ Louise Glück, a vencedora do Prémio Nobel da Literatura em 2020
SHAWN THEW/EPA

A pujança da discussão parece então contradizer a ideia tão veiculada de que a literatura em Portugal e no mundo está pelas ruas da amargura. Antes de mais, e para evitar que sugiram o meu nome para fogueiras no Terreiro do Paço, importa esclarecer que é inteiramente justo discutir se um galardão atribuído pelo Estado deve ou não premiar autores que terão colaborado para repressões políticas e académicas inaceitáveis, tal como é justo que se queira punir abusos por parte de pessoas em cargos de poder e responsabilidade. É também relevante discutir quais os nomes que formam a identidade literária de um país. O problema, contudo, surge quando todas essas discussões acerca de

prémios literários e meritocracia substituem e apagam uma discussão sobre literatura propriamente dita. Mas vamos por partes.

É inegável a importância que os prémios literários têm hoje, não só pelo valor monetário a eles associados, mas acima de tudo por servirem de oráculos a muitos leitores ocasionais que contam com a definição do Nobel, do Leya ou do Pulitzer para definir o seu carrinho de compras. Grupos de especialistas reúnem-se então para definir o Campeão do Mundo das Letras naquele ano em específico. Num mundo em que se lê cada vez menos ficção, prémios destes servem de balões de oxigénio para escritores e editoras com a corda na garganta e é, por isso, bem melhor que prémios destes existam do que a alternativa contrária.

No entanto, o prestígio que associamos gratuitamente a estes xamãs modernos geram uma infundada expectativa de confiança, credibilidade e certeza. Não temos tempo a perder e precisamos, por isso, que as urnas do IMDB nos digam que filmes temos de ver este ano, tal como precisamos que dezoito sujeitos suecos nos digam o que não podemos deixar de ler nas próximas férias. Contudo, raciocínios deste género procuram impor uma lógica não só competitiva, mas quase farmacêutica a um campo onde a discussão é feita noutros termos, termos esses que recusam tanto a noção de especialista como de sabedoria democrática.

A literatura, como todas as coisas que verdadeiramente interessam, teima em dar-nos respostas incompletas, vagas e, mesmo nos seus melhores dias, erradas. E o mais peculiar é que isso nos deve fazer, ainda assim, persistir em conversas sobre livros e tudo o resto que não conseguimos compreender.

Esperamos que o Nobel nos prescreva o romance certo para estes tempos tão conturbados, com o grau de certeza com que nos indica também o maior investigador médico norte-americano do ano que passou ou o melhor norte-americano do ano anterior a colidir partículas ou o melhor professor norte-americano a explicar leilões. No entanto, a literatura obedece a mecanismos que são inteiramente diferentes dos que operam no campo científico, sendo uma lógica muito mais próxima da que preside ao Prémio Nobel da Paz (que, sem surpresa, tem também o condão de gerar acesas discussões).

Premiar pacifistas é, em muitos aspetos, parecido com premiar escritores, na medida em que o vencedor acaba sempre por não sobreviver ao teste do algodão: Luther King terá assistido impávido e sereno a uma violação num quarto de hotel, Ghandi não parece ter repudiado suficientemente o sistema de castas indiano e Aung Suu Kyi foi acusada de nada ter feito para impedir o genocídio da população rohingya no Myanmar. Escritores, ainda que se venham a revelar santos, têm sempre o potencial de cometer o pecado mortal de não corresponderem às nossas expectativas ou, pior, de não sobreviverem ao tempo, tornando-se irrelevantes passadas poucas décadas.

Enchemo-nos de raiva ao lembrar que os contemporâneos de Pessoa tiveram a desfaçatez de não lhe reconhecer méritos em vida, ainda que isso o tenha providenciado com um considerável arsenal de pedras no caminho com que, mais tarde, como se sabe, veio a construir o castelo de São Jorge. Respiramos fundo, na certeza de que uma geração tão bem formada como a nossa saberá não incorrer nos erros primários dos nossos antepassados. Mas talvez a única resposta a que chegamos, no fim de toda esta caminhada, seja que a literatura é um lugar onde se fazem perguntas a que só podemos responder sozinhos. Por uma vez que seja, nem o nosso primo que sabe tão bem como se combatem extremismos e que tem a receita para o combate à pandemia nos pode ajudar. A literatura, como todas as coisas que verdadeiramente interessam, teima em dar-nos respostas incompletas, vagas e, mesmo nos seus melhores dias, erradas. E o mais peculiar é que isso nos deve fazer, ainda assim, persistir em conversas sobre livros e tudo o resto que não conseguimos compreender.

Se observarmos de perto o mecanismo de funcionamento de um desses prémios, talvez percebamos melhor o problema. Olhemos por isso, para o maior de entre todos: o Nobel.

O caso Nobel

O Nobel é um exemplo perfeito do fracasso dos prémios em literatura por uma razão bastante simples: o Prémio Nobel da Literatura não existe. Dizer que o Prémio Nobel não existe não é um comentário político forte e reacionário aos escândalos dos últimos três anos ou um ataque à sua irrelevância académica. É apenas uma constatação.

Como todos somos lembrados uma vez por ano, Alfred Nobel inventou a dinamite e fez com isso uma enorme fortuna que doou depois de morrer a uma fundação com o seu nome. O objetivo da referida fundação seria então, como todos sabemos, premiar as maiores inovações no campo da física, da paz, da química, da medicina e da literatura. Mais tarde, foi criado um prémio paralelo para a economia. Segundo reza a lenda, Alfred Nobel escreveu num papel meio amarrotado diante de quatro testemunhas que os prémios deveriam ser entregues anualmente “a quem, no ano anterior, mais tiver beneficiado a humanidade”, sendo que o de literatura em específico caberia à pessoa que tivesse produzido o mais extraordinário trabalho “numa direção ideal”.



▲ José Saramago na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Literatura em 1998

AFP VIA GETTY IMAGES

Habitado a lidar com especialistas em armamento e estratégia militar, Nobel não poderia imaginar a guerra que uma frase ambígua destas iria gerar no meio literário. É, aliás, isso que costuma acontecer com frases que não querem dizer nada. Strindberg protestou a atribuição do primeiro Nobel a Sully Prudhomme por o francês alegadamente não cumprir os critérios definidos por Nobel e a verdade é que grande parte das discussões à volta do prémio que se seguiram prenderam-se com esta formulação infeliz. Mais que não seja, porque avaliar textos literários pela direção ideal em que rumam seria avaliá-los pelo seu contributo não para a literatura, mas para a teologia, filosofia ou ciência política, o que alteraria por completo o perfil dos vencedores do prémio.

O crítico literário dinamarquês Georg Brandes confessou numa carta que tentou pedir ajuda a um amigo de Alfred para decifrar a críptica frase. Foi-lhe explicado que o inventor era anarquista e que, ao falar de uma direção ideal, provavelmente desejava premiar autores que criticassem abertamente a religião, o casamento, a monarquia ou a ordem e paz social. Contudo, Carl David af Wirsén, primeiro presidente do Comité do Nobel, entendeu a frase de forma diametralmente oposta e o prémio foi, na sua primeira década, negado a autores que tivessem atitudes hostis em relação ao Cristianismo, o que explicará a exclusão da lista de vencedores de autores como Thomas Hardy, Mark Twain, Ibsen e mesmo Tolstói, que por essa altura se entretinha a reescrever os evangelhos e a divulgar esta nova versão pelos camponeses russos.

Como bem explica Richard Jewell, em *The Nobel Prize: History and Canonicity*, a esta primeira interpretação seguiu-se uma, menos literal e mais tolerante, e em duas décadas foram premiados autores com posições políticas tão variadas como Yeats, Knut Hamsun, T.S. Eliot ou André Gide. Mais tarde, durante as duas guerras mundiais, a reboque de uma suposta neutralidade política, ora o prémio era suspenso, ora escolhiam os consagrados apenas de entre os países neutros, o que inflacionou o número de vencedores escandinavos.

As pessoas que escolheram Saramago não foram as mesmas que elegeram Faulkner, nem o entendimento de literatura foi de todo o mesmo, nem o prémio monetário, nem sequer a interpretação da vontade do fundador.

É, por isso, um ato de fé bastante inusitado depositar confiança num prémio que não existe. Quando dizemos, por exemplo, que é um orgulho para Portugal que Saramago tenha vencido o mesmo prémio que agraciou Faulkner ou Hemingway, temos um problema que vai muito além do conteúdo exato do que entendemos por “Portugal”, que não é desde logo nada claro. A questão é que pressupor uma continuidade neste mesmo prémio que lhe atribua uma coerência e linhagem não faz sentido.

As pessoas que escolheram Saramago não foram as mesmas que elegeram Faulkner, nem o entendimento de literatura foi de todo o mesmo, nem o prémio monetário, nem sequer a interpretação da vontade do fundador. Se não quisermos complicar muito o problema com reflexões heraclitianas, a única coisa que com alguma certeza podemos afirmar é que quem anunciou o triunfo de Saramago o fez da mesma sala em Estocolmo de quem anunciou a vitória de Faulkner, quarenta e nove anos antes. É uma afirmação menos entusiasmante e fica decerto pior na abertura do telejornal, mas é o que se arranja.

Diante de todo este imbróglio, podemos então recorrer a duas soluções: ou fazemos como Lobo Antunes e dizemos a nós mesmos que o Nobel de nada serve e que há muitos outros prémios com vencedores mais meritórios; ou então convencemo-nos de que em literatura o caminho se faz caminhando e fazemo-nos à estrada, sozinhos, sem nos fiarmos muito no tipo que nos mandou virar à direita há cinco quilómetros.